

**GESTÃO FINANCEIRA COMO FATOR CRÍTICO DE SOBREVIVÊNCIA DAS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UM ESTUDO QUALI-QUANTITATIVO**

**FINANCIAL MANAGEMENT AS A CRITICAL FACTOR FOR THE SURVIVAL OF SMALL
AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES: A QUALITATIVE-QUANTITATIVE STUDY**

**LA GESTIÓN FINANCIERA COMO FACTOR CRÍTICO PARA LA SUPERVIVENCIA DE
LAS PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS: UN ESTUDIO CUALITATIVO-
CUANTITATIVO**



10.56238/revgeov17n1-020

Susylaine Lopes de Santana

Pós-graduada em Gestão de Negócios
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: susylaine.lopes@gmail.com

Luana da Silva Ribeiro

Doutora em Economia
Instituição: Universidade Estadual de São Paulo (Unesp)
E-mail: luanasribeiro78@gmail.com

Julio Cesar Nascimento

Doutor em Desenvolvimento Econômico
E-mail: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
E-mail: eco.jcn@gmail.com

Stéphani Cetimíia Mariotti Ruiz

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico
Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
E-mail: stephanimariottirui1234@gmail.com

RESUMO

A gestão financeira empresarial é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Em uma de suas pesquisas sobre a mortalidade de Pequenas e Médias empresas (PME's), o SEBRAE apontou que 30% abriram falência em decorrência da dificuldade em fazer a gestão financeira. No mundo dos negócios é fundamental que se conheça e utilize de práticas e estratégias que visam facilitar o uso de recursos para garantir a continuidade do negócio, o que se torna um desafio para aqueles que ingressam no empreendedorismo sem o devido conhecimento. Neste contexto, o objetivo geral do trabalho foi elaborar o diagnóstico da saúde financeira, referente ao exercício de 2024, de uma clínica de estética situada na capital de São Paulo, que não tinha nenhum controle das finanças, e mostrar que através de ferramentas de gestão, nascem as estratégias para a tomada de decisões e conscientizar os empreendedores sobre a importância do aprendizado em finanças empresarial e a aplicabilidade de ferramentas aqui apresentadas. A metodologia do estudo foi quali-quantitativa exploratória e descritiva, a fim de proporcionar compreensão dos desafios na gestão financeira por meio pesquisa



documental com tratamento de todos os dados anteriormente não construídos pela empresa e levantamento de dados secundários. Como resultado foi constatado que as principais dificuldades da gestão financeira estavam na falta de conhecimento nas ferramentas de gestão, separação das despesas pessoais, ter dados para analisar e tomada de decisões. A partir do diagnóstico foi elaborado matéria de apoio para o controle das finanças e treinamento para análise dos dados.

Palavras-chave: Gestão Financeira. Pequenas e Médias Empresas. Contabilidade. Ferramentas de Gestão.

ABSTRACT

Business financial management is fundamental to the success of any business. In one of its surveys on the mortality of small and medium-sized enterprises (SMEs), SEBRAE pointed out that 30% went bankrupt due to difficulties in financial management. In the business world, it is essential to know and use practices and strategies that facilitate the use of resources to ensure business continuity, which becomes a challenge for those who enter entrepreneurship without the necessary knowledge. In this context, the overall objective of the study was to prepare a financial health diagnosis for the 2024 fiscal year for a beauty clinic located in the capital of São Paulo, which had no control over its finances, and to show that management tools can be used to develop decision-making strategies and raise awareness among entrepreneurs about the importance of learning about business finance and the applicability of the tools presented here. The study methodology was exploratory and descriptive, using both qualitative and quantitative methods, in order to provide an understanding of the challenges in financial management through documentary research with the processing of all data not previously constructed by the company and the collection of secondary data. As a result, it was found that the main difficulties in financial management were a lack of knowledge of management tools, separation of personal expenses, and having data for analysis and decision-making. Based on the diagnosis, support material was developed for financial control and training in data analysis.

Keywords: Financial Management. Small and Medium-Sized Enterprises. Accounting. Management Tools.

RESUMEN

La gestión financiera empresarial es fundamental para el éxito de cualquier negocio. En una de sus investigaciones sobre la mortalidad de las pequeñas y medianas empresas (PYMES), la SEBRAE señaló que el 30 % se declaró en quiebra debido a las dificultades para llevar a cabo la gestión financiera. En el mundo de los negocios, es fundamental conocer y utilizar prácticas y estrategias que faciliten el uso de los recursos para garantizar la continuidad del negocio, lo que supone un reto para quienes se inician en el emprendimiento sin los conocimientos adecuados. En este contexto, el objetivo general del trabajo fue elaborar el diagnóstico de la salud financiera, referente al ejercicio de 2024, de una clínica de estética situada en la capital de São Paulo, que no tenía ningún control de las finanzas, y mostrar que, a través de herramientas de gestión, surgen las estrategias para la toma de decisiones y se concientiza a los emprendedores sobre la importancia del aprendizaje en finanzas empresariales y la aplicabilidad de las herramientas aquí presentadas. La metodología del estudio fue cualitativa-cuantitativa, exploratoria y descriptiva, con el fin de proporcionar una comprensión de los retos de la gestión financiera mediante una investigación documental con el tratamiento de todos los datos no construidos anteriormente por la empresa y la recopilación de datos secundarios. Como resultado, se constató que las principales dificultades de la gestión financiera radicaban en la falta de conocimientos sobre las herramientas de gestión, la separación de los gastos personales, la disponibilidad de datos para el análisis y la toma de decisiones. A partir del diagnóstico, se elaboró material de apoyo para el control de las finanzas y se impartió formación para el análisis de datos.

Palabras clave: Gestión Financiera. Pequeñas y Medianas Empresas. Contabilidad. Herramientas de Gestión.



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade empreendedora está em constante crescimento. Segundo o portal Gov.br Empresa e Negócio, o boletim do Mapa de Empresas do 3º quadrimestre de 2024 apontou a abertura de 4.254.903 empresas no ano, sendo que 99% delas são classificadas como pequenas e médias. Esses empreendimentos representam 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e respondem por 52% dos empregos formais. No mesmo período, foram encerradas 2.436.190 empresas, das quais 66% eram microempresas ou empresas de pequeno porte. Além disso, o IBGE informou que, em 2020, 99% das empresas que encerraram suas atividades eram de pequeno porte e tinham menos de cinco anos de constituição.

Muitas empresas abrem falência em poucos anos, a falta de conhecimento na gestão financeira, não separar as finanças pessoais das finanças do negócio, não ter um sistema adequado para controle do fluxo de caixa, a contratação de uma contabilidade gerencial para apoiar no dia a dia. A falta de um aprofundamento adequado sobre o tema pode resultar em decisões equivocadas, má administração do fluxo de caixa, precificação inadequada, aumento de custos e, eventualmente, endividamento, prejudicando a viabilidade do negócio. A limitação de capital inicial, comum entre empreendedores que iniciam seus negócios após um período de desemprego, pode resultar em decisões equivocadas. Entre os problemas mais recorrentes estão a má gestão do fluxo de caixa, formação inadequada de preços, elevação dos custos e endividamento, este estudo utilizará uma metodologia quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa documental com tratamento de dados. Serão analisadas as movimentações financeiras contidas em extratos bancários, contratos e documentos fiscais, com o objetivo de elaborar demonstrações contábeis referente ao exercício de 2024, por meio de sistema de contabilidade, calcular indicadores e realizar um diagnóstico da saúde financeira da empresa.

A pesquisa também envolverá o uso de dados secundários, com o intuito de ilustrar os riscos da gestão financeira amadora e sensibilizar os empreendedores quanto à importância de adquirir conhecimento especializado, implantar ferramentas de gestão, e em determinadas fases a contratação de consultoria especializada para apoiar em tomada de decisões quando julgar necessário.

O objetivo principal é mapear os desafios enfrentados pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) na área financeira, mostrando como a integração das abordagens qualitativa e quantitativa pode resultar em análises mais abrangentes e assertivas. A proposta inclui ainda sugestões práticas voltadas à melhoria da gestão financeira, com destaque para clínicas de estética. Ao final, espera-se fornecer um diagnóstico robusto e recomendações eficazes. Além disso, o modelo desenvolvido poderá ser replicado em outros segmentos, servindo como ferramenta estratégica para aumentar a longevidade empresarial e reduzir a taxa de mortalidade dos pequenos negócios.



2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo analisar os fatores que contribuíram para a elevada taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas nos primeiros cinco anos de operação, com ênfase na ausência de práticas adequadas de gestão financeira. Segundo o SEBRAE (2022), aproximadamente 30% das microempresas encerraram suas atividades antes de completar cinco anos, sendo a deficiência no planejamento financeiro um dos principais determinantes desse insucesso.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise de um estudo de caso real, referente a uma clínica de estética localizada no estado de São Paulo, especializada em procedimentos como crio lipólise, aplicação de injetáveis e tratamentos dermatológicos. Apesar da consolidação inicial no mercado, constatou-se a ausência de uma estrutura formal de controle financeiro, inexistência de contabilidade organizada e ocorrência de confusão patrimonial, violando o princípio da entidade, o que ocasionou dificuldades no controle de despesas, receitas, estoques e demais movimentações operacionais.

Antonik (2016) destacou a importância de que o empresário, independentemente do regime tributário adotado lucro presumido, Simples Nacional ou Supersimples, investisse desde o início na qualidade da contabilidade, com o objetivo de garantir o crescimento sustentável da empresa. Segundo o autor, informações contábeis consistentes servem de base para o estabelecimento de controles internos, definição de metas e fixação de desafios organizacionais.

2.1 CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO

A contabilidade foi utilizada como instrumento de apoio à gestão financeira, assumindo as funções de mensuração, classificação e análise das operações empresariais, transformando dados em informações relevantes para a tomada de decisão. Entre os demonstrativos utilizados, destacaram-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A classificação contábil seguiu as diretrizes dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) e a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), além da Norma Brasileira de Contabilidade Geral (NBC TG Estrutura Conceitual) e a Norma de Orientação Técnica BTG 2000.

Utilizou-se como embasamento teórico a obra "Finanças Corporativas e Valor", de Assaf Neto (2014), que enfatizou a importância da correta interpretação dos relatórios contábeis para o diagnóstico financeiro. De acordo com o autor, "a análise de indicadores e das demonstrações contábeis permite identificar gargalos de gestão e subsidiar decisões estratégicas que aumentam a competitividade e a perenidade do negócio" (Assaf Neto, 2014, p.121).



Todos os registros foram efetuados segundo o princípio da competência, refletindo com fidelidade os fatos econômicos ocorridos. As movimentações contábeis processaram-se por meio do sistema Contmatic, garantindo a padronização e a segurança das informações.

2.2 ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A metodologia aplicada seguiu um modelo descritivo e documental, com análise qualitativa e quantitativa das movimentações financeiras. Foram recebidos cinco extratos bancários, totalizando 3.507 transações, provenientes de duas contas de pessoa física e três de pessoa jurídica. Adotaram-se os seguintes critérios de classificação. Separação de entradas e saídas financeiras, identificação e registro de transferências entre contas de mesma titularidade, classificação de transferências realizadas pelo cônjuge para quitação de despesas domésticas, Identificação de transferências entre irmãs para custeio de despesas dos pais, separação entre despesas pessoais, despesas dos pais e movimentações da clínica de estética. Os recebimentos relacionados à clínica classificaram-se como receita operacional, enquanto os respectivos pagamentos foram alocados entre custos e despesas operacionais, conforme metodologia sugerida por Antonik (2016), que reforçou a importância da segregação entre recursos empresariais e pessoais.

2.3 CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

A classificação contábil foi elaborada conforme os CPCs e a Norma BTG 2000. Os pagamentos realizados pelas contas de pessoa jurídica, vinculados à clínica de estética, foram provisionados em contas de passivo e classificados na DRE como custos e despesas operacionais, respeitando o regime de competência e a essência econômica das transações. Pagamentos de natureza pessoal e transferências da conta jurídica para a física foram contabilizados como adiantamento de distribuição de lucros, em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, atualizada pela Lei nº 11.941/2009, e princípios de governança indicados por Assaf Neto (2014).

A contabilidade foi iniciada a partir da elaboração de um balanço de abertura, contendo os saldos iniciais das contas jurídicas, o capital social integralizado (registrado na Junta Comercial), a aquisição de máquinas a prazo e o ativo imobilizado, composto por móveis e utensílios. Calculou-se a depreciação acumulada dos bens conforme o CPC 27 (Ativo Imobilizado) e as práticas descritas por Frezatti (2022).

Todas as movimentações foram lançadas com contrapartida na conta de Resultado de Exercícios Anteriores, com escrituração realizada no sistema Contmatic, assegurando rastreabilidade e conformidade às normas contábeis.



2.4 GESTÃO FINANCEIRA

Para garantir eficiência na gestão financeira, aplicou-se o conceito de integração de dados via sistemas ERP (Enterprise Resource Planning), responsáveis por centralizar informações de contabilidade, caixa, compras, vendas e planejamento orçamentário. A estrutura organizacional financeira abrangeu os setores de contas a pagar, contas a receber, tesouraria e planejamento financeiro. Frezatti (2022, p. 4) destacou que "o fluxo de caixa, quando bem gerenciado, é ferramenta essencial para assegurar liquidez e antecipar possíveis crises de capital".

A integração entre contabilidade e gestão financeira mostrou-se indispensável para a continuidade do negócio, visto que ambas compartilham informações cruciais para a gestão patrimonial, análise de rentabilidade e controle de capital de giro. Antonik (2016, p.6) salientou que "a ausência de conhecimento técnico em finanças compromete a estruturação do negócio e reduz sua capacidade de resiliência frente às adversidades".

2.5 ANÁLISE DOS FATORES DE MORTALIDADE EMPRESARIAL

Com base nos estudos analisados, evidenciou-se a carência dos empreendedores brasileiros quanto à análise de informações contábeis e à construção de instrumentos de controle financeiro, como o fluxo de caixa. Tal deficiência comprometeu diretamente a sustentabilidade dos negócios, refletindo-se no elevado índice de encerramento precoce das atividades empresariais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), aproximadamente 90% das empresas que encerraram suas atividades nos primeiros cinco anos de existência pertenciam às categorias de microempreendedor individual (MEI) e microempresa (ME). Esta constatação fundamentou-se nas informações extraídas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), apontando a fragilidade estrutural dessas entidades no que tange à gestão administrativa e financeira.

A pesquisa de sobrevivência empresarial realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020) complementou esse diagnóstico ao indicar que mais de 40% dos empreendedores estavam desempregados até três meses antes da abertura de seus negócios. Esse cenário impulsionou o crescimento da formalização empresarial via MEI. Ainda segundo o SEBRAE (2020), os principais fatores motivacionais para a iniciativa empreendedora foram: identificação de uma oportunidade de negócio (36%), desejo de possuir o próprio empreendimento (25%), exigência de clientes ou fornecedores (19%) e, por fim, o desemprego (5%).

A deficiência de conhecimentos técnicos em finanças empresariais mostrou-se um fator recorrente entre os empreendedores, comprometendo significativamente a gestão dos negócios. A baixa familiaridade com conceitos contábeis e a ausência da implementação de instrumentos de



controle, como o fluxo de caixa, contribuíram para a instabilidade financeira e o encerramento precoce das operações.

Nesse contexto, a queda de quase 60% na taxa de sobrevivência das empresas entre os anos de 2015 e 2020, também identificada pelo IBGE (2022), apontou a pandemia de COVID-19 como o principal fator responsável, com impacto direto sobre mais de 40% dos negócios. Outros motivos relevantes destacados incluíram a insuficiência de capital de giro (21,5%) e a redução nas vendas e na clientela, fenômenos associados ao aumento do desemprego no país (20%) (IBGE, 2022).

O levantamento do IBGE (2022) também indicou que diversas empresas poderiam ter sido preservadas mediante apoio especializado, como consultorias empresariais, acesso facilitado ao crédito e planejamento financeiro adequado. No entanto, a burocracia no sistema de concessão de crédito comprometeu a eficiência desse suporte, pois apenas 46,5% das empresas que buscaram financiamento conseguiram efetivar a obtenção dos recursos. A inadimplência entre as empresas mais jovens também aumentou, conforme registrado pelo Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil (BCB, 2021), o qual identificou crescimento de 1,2 ponto percentual na inadimplência entre empresas com até cinco anos de fundação.

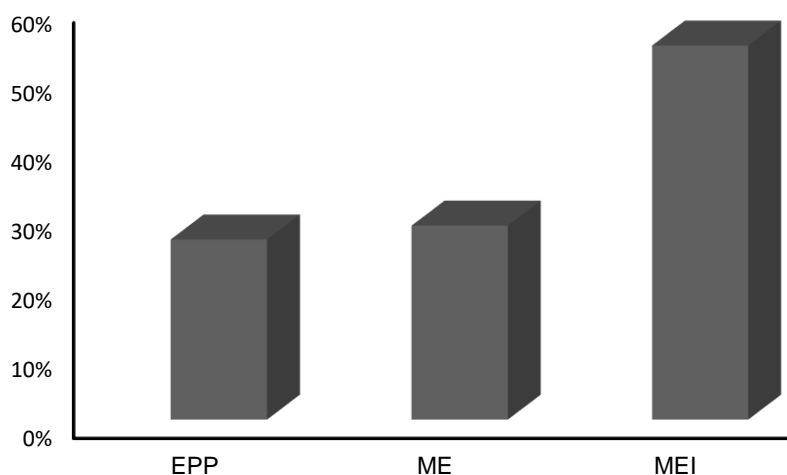
Para compreender o comportamento das pequenas e médias empresas (PMEs) no contexto pós-pandêmico, consideraram-se dados fornecidos por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço de Proteção ao Crédito (SERASA), o Banco Central do Brasil (BCB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal abordagem permitiu mapear os principais fatores de risco enfrentados pelos empreendedores, bem como identificar as deficiências administrativas que comprometeram a sustentabilidade dos negócios.

A pesquisa de crédito realizada durante o II Fórum de Cidadania Financeira (2016) revelou que 41,9% dos entrevistados apresentaram dificuldades na definição de metas financeiras, enquanto 75% afirmaram não receber ou não analisar os relatórios contábeis das suas atividades. Além disso, aproximadamente 68% dos entrevistados relataram não saber como reagir diante de uma crise financeira.

Esses dados reforçaram a necessidade de investimentos contínuos na capacitação dos empreendedores, sobretudo nas áreas de gestão orçamentária, controle de fluxo de caixa e interpretação de relatórios contábeis. A aquisição dessas competências mostrou-se fundamental para a sustentabilidade dos pequenos negócios e para a construção de processos decisórios mais seguros e embasados, conforme defendido por Assaf Neto (2014) e Antonik (2016).



Figura 1: Porte das empresas abertas pelos entrevistados



Fonte: SEBRAE Pesquisa de sobrevivência das empresas 2020

2.6 IMPACTOS DA DEFICIÊNCIA NA GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA SOBRE A SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL

Nos estudos analisados, constatou-se significativa carência, por parte dos empreendedores, na análise de dados contábeis e na elaboração de fluxos de caixa estruturados, elementos considerados essenciais para a gestão financeira eficiente. Essa deficiência comprometeu a capacidade de manutenção dos negócios, contribuindo para o encerramento precoce de micro e pequenas empresas nos primeiros cinco anos de operação, evidenciando a fragilidade da gestão financeira como fator crítico para a sobrevivência empresarial.

A figura 1.2 evidenciou a taxa de sobrevivência das empresas, revelando uma queda expressiva de aproximadamente 60% entre os anos de 2015 e 2020. Entre os fatores determinantes para essa redução, destacou-se a pandemia da COVID-19, que, segundo relatos de entrevistados, ocasionou o encerramento de mais de 40% dos empreendimentos (IBGE, 2022). Em segundo lugar, apontou-se a insuficiência de capital de giro, representando 21,5% dos casos analisados. Em terceiro lugar, com 20%, identificaram-se as dificuldades relacionadas à redução das vendas e à escassez de clientes, reflexos diretos do aumento do desemprego provocado pela crise sanitária.

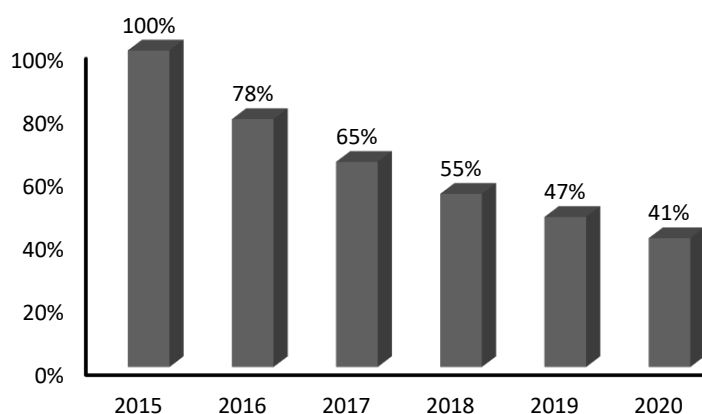
Esses dados reforçaram a importância da gestão financeira adequada e da utilização da contabilidade gerencial como instrumento estratégico para a tomada de decisões empresariais. Conforme enfatizado por Assaf Neto (2014), o domínio dos mecanismos de controle financeiro é indispensável para a sustentabilidade dos negócios em ambientes econômicos adversos. De maneira semelhante, Antonik (2016) destacou que a contabilidade gerencial fornece informações relevantes para o planejamento, a execução e o monitoramento das atividades empresariais, sendo fundamental para o êxito das organizações.



As práticas contábeis mencionadas encontram respaldo na legislação brasileira, em especial na Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, que disciplinou a obrigatoriedade de escrituração contábil regular para as sociedades empresárias, fortalecendo a importância da transparência e da precisão na gestão financeira (BRASIL, 2007).

Dessa forma, reconheceu-se que o fortalecimento das práticas de gestão contábil e financeira constitui elemento imprescindível para a redução da mortalidade empresarial, especialmente entre micro e pequenas empresas.

Figura 2: Taxa de Sobrevivência das Empresas

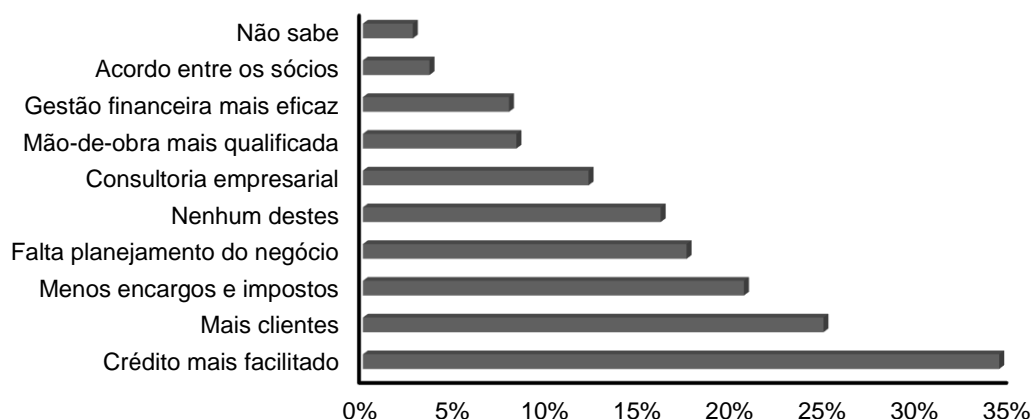


Fonte: IBGE, cadastro central das empresas 2012-2020

A pesquisa contemplou uma listagem de auxílios que poderiam ter contribuído para evitar o fechamento dos empreendimentos analisados. A Figura 1.3 ilustra que a maioria das alternativas apontadas está diretamente relacionada à administração financeira do negócio. Entre os fatores destacados, observam-se a necessidade de acesso a crédito, a ausência de um planejamento financeiro adequado, a carência de consultoria empresarial e a falta de uma gestão financeira mais eficiente. Esses dados reforçam a importância da adoção de práticas gerenciais adequadas e da estruturação de controles financeiros consistentes, conforme ressaltam Assaf Neto (2014) e Antonik (2016), sendo aspectos fundamentais para a sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas.



Figura 3: Auxílios que poderiam ter evitado fechamento da empresa



Fonte: SEBRAE Pesquisa de sobrevivência das empresas 2020

Com o forte impacto da pandemia da COVID-19, aproximadamente 29,5% das empresas buscaram recursos financeiros no mercado com o objetivo de suprir seu capital de giro e honrar seus compromissos. Contudo, a elevada burocracia no acesso ao crédito limitou a obtenção desses recursos a apenas 46,5% dos solicitantes. Conforme evidenciado no Relatório de Economia Bancária, publicado em 2021 pelo Banco Central do Brasil (BCB), houve um aumento de 1,2% na taxa de inadimplência entre as empresas com tempo de fundação entre um e cinco anos, indicador detalhado na Tabela 1.1. Esses dados corroboram a vulnerabilidade financeira das micro e pequenas empresas em momentos de crise, reforçando a necessidade de uma gestão financeira mais estruturada e de políticas públicas de crédito mais acessíveis.

Tabela 1: Inadimplência das pessoas jurídicas por tempo de fundação

Tempo de Fundação	2019	2020	2021	Variação p.p.		
				2019	2020	2021
Total	2,2	1,2	1,3	-0,3	-1,0	0,1
Até um ano	3,2	1,9	3,1	1,5	-1,3	1,2
Dois ou três anos	3,2	2	3,2	0,8	-1,2	1,2
Quatro ou cinco anos	2,4	1,8	3	-0,5	-0,6	1,2
Seis ou sete anos	2,5	1,9	2,2	-1,9	-0,6	0,3
Oito ou nove anos	3,3	2,1	1,8	0,2	-1,2	-0,3
Dez ou mais anos	1,9	1	1	-0,2	-0,9	0,0

Fonte: BCB Relatório de economia bancária 2021

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Para subsidiar a análise econômica e financeira da clínica de estética estudada, foram elaboradas as principais demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2024. Os relatórios foram gerados a partir de dados reais fornecidos pela empresa e processados em sistema contábil



informatizado (Contmatic), de acordo com os princípios contábeis estabelecidos pelo **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)** e pela **Norma Brasileira de Contabilidade ITG 1000 (BTG 2000)**. As demonstrações incluem:

3.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil obrigatória que evidencia a posição financeira e patrimonial de uma entidade em determinado período, sendo composto pelo ativo, que representa os bens e direitos da empresa, e pelo passivo, que abrange suas obrigações e dívidas. Em complemento, o patrimônio líquido reflete os recursos próprios dos sócios ou acionistas após a dedução das obrigações Assaf Neto (2014). De acordo com a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009, o Balanço Patrimonial deve ser elaborado observando os princípios fundamentais de contabilidade e as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, que regula a estrutura e os elementos mínimos a serem apresentados. Para micro e pequenas empresas, a Norma de Orientação Técnica NGT 2000 proporciona diretrizes simplificadas, adaptando a elaboração contábil às suas especificidades.

Por meio dessa demonstração, o empreendedor pode analisar a saúde financeira da empresa, possibilitando a identificação de desequilíbrios entre ativos e passivos, apoiando, assim, a tomada de decisões estratégicas e o planejamento futuro. A seguir, apresenta-se a composição do Balanço Patrimonial da empresa em estudo, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Balanço Patrimonial (BP) (continua)

ATIVO		2024	PASSIVO		2024
(E)=(A+D)	CIRCULANTE	9.839,57	(L)=(J+K)	CIRCULANTE	16.914,96
	Disponível (A)	0,17		Empréstimos e Financiamentos	16.914,96
	Bancos	0,17		Empréstimos (J)	10.799,98
(D)=(B+C)	REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	9.839,40		Juros sobre Financiamentos (K)	6.114,98
	Estoque (B)	3.724,41	(O)=(M+N)	NÃO CIRCULANTE	34.855,03
	Injetáveis	3.724,41		Empréstimos e Financiamentos	34.855,03
	Despesas antecipadas (C)	6.114,99		Empréstimos (M)	22.233,33
	Encargos Financeiros a Apropriar	6.114,99		Juros sobre Financiamentos (N)	12.621,70
(H)=(F+G)	NÃO CIRCULANTE	84.834,97	(S)=(P+Q+R)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.904,56

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 2: Balanço Patrimonial (BP) (conclusão)

Despesas antecipadas LP (F)	12.621,70	Capital Social (P)	1.000,00
-----------------------------	-----------	--------------------	----------



Encargos Financeiros a Apropriar LP	12.621,70	Capital Subscrito	1.000,00
Imobilizado (G)	72.213,27	Lucros e Prejuízos Resultados de Exérc. Anteriores (Q)	41.904,56
Bens em operação (-) Deprec. E Amortiz. Acumulada	87.393,70 - 15.180,43	Lucros/Prejuízos do Exercício(R)	27.470,59 14.433,97
(I)=(E+H)		(T)=(L+O+S)	
TOTAL DO ATIVO	94.674,54	TOTAL DO PASSIVO	94.674,54

Fonte: Resultados originais da pesquisa

3.3 ANÁLISE DO ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante da clínica somou R\$ 9.839,57, com destaque para o grupo Realizável a Curto Prazo, que representou praticamente todo o montante. A baixa disponibilidade de caixa R\$ 0,17 revela uma limitação crítica de liquidez imediata, conforme alerta Marion (2022), comprometendo a capacidade da empresa de arcar com obrigações de curto prazo. Além disso, a alta concentração em despesas antecipadas (R\$ 6.114,99) e estoques (R\$ 3.074,00) indica imobilização de recursos em ativos de difícil conversão imediata em caixa. De acordo com Marion (2022), a composição do ativo circulante deve priorizar a liquidez para garantir flexibilidade financeira, o que não se verifica neste caso.

3.4 ANÁLISE DO ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante da clínica totalizou R\$ 84.960,00, sendo composto por encargos financeiros a apropriar (R\$ 12.747,00) e pelo ativo imobilizado líquido (R\$ 72.213,00). Os encargos representam juros pagos antecipadamente que ainda não impactaram o resultado, caracterizando ativos de baixa liquidez (Marion, 2022). O imobilizado, composto por bens operacionais no valor bruto de R\$ 87.394,00 e depreciação acumulada de R\$ 15.180,00, reflete os investimentos fixos essenciais à operação da clínica. Segundo Marion (2022), a análise do imobilizado deve considerar sua capacidade de gerar receita, bem como sua adequada utilização. Embora importante para a atividade-fim, o alto percentual de ativos permanentes reduz a flexibilidade financeira da empresa.

3.5 ANÁLISE DO PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante da clínica totalizou R\$ 16.914,96, sendo integralmente composto por empréstimos e financiamentos, dos quais R\$ 10.799,98 referem-se ao principal da dívida e R\$ 6.114,98 aos encargos de juros. A concentração total dessa obrigação no curto prazo evidencia um perfil de endividamento elevado e de liquidação iminente, o que pressiona a liquidez da empresa.

De acordo com Marion (2022), altos compromissos financeiros de curto prazo exigem rigorosa gestão de caixa e planejamento do capital de giro, sob pena de inadimplência ou necessidade de renegociação de dívidas. A ausência de outras obrigações operacionais no passivo indica dependência



de financiamento externo para sustentar a operação, o que compromete a autonomia e a saúde financeira da organização.

3.6 ANÁLISE DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante totalizou R\$ 34.855,03, sendo inteiramente composto por empréstimos e financiamentos de longo prazo, dos quais R\$ 22.233,33 referem-se ao principal e R\$ 12.621,70 aos encargos de juros. A estrutura evidencia que a empresa recorre a financiamentos para sustentação de investimentos e atividades operacionais de médio e longo prazo.

Conforme destaca Marion (2022), o endividamento de longo prazo, quando bem planejado, pode ser positivo, desde que o capital captado seja direcionado a ativos produtivos capazes de gerar retorno superior ao custo do financiamento. No entanto, o elevado montante de encargos evidencia a necessidade de atenção à gestão do custo da dívida, especialmente em períodos de instabilidade econômica.

3.7 ANÁLISE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da clínica alcançou R\$ 42.904,56, refletindo a parcela dos recursos próprios investidos e acumulados pela empresa. O capital social representa apenas R\$ 1.000,00, o que indica uma baixa capitalização inicial. Por outro lado, o valor mais expressivo está nos lucros acumulados, que somam R\$ 41.904,56, compostos pelos resultados de exercícios anteriores R\$ 27.470,56 e pelo lucro do exercício corrente R\$ 14.433,97. De acordo com Marion (2022), a presença de lucros retidos no patrimônio líquido indica capacidade de geração interna de recursos e contribui para a autonomia financeira da entidade. No entanto, o baixo valor de capital subscrito pode sinalizar uma dependência maior da retenção de lucros para financiar a operação, o que exige atenção quanto à política de distribuição e reinvestimento.

A estrutura patrimonial, portanto, demonstra uma boa rentabilidade e crescimento orgânico, mas também evidencia a necessidade de melhor equilíbrio entre capital próprio e de terceiros, a fim de fortalecer a base financeira da empresa a longo prazo.

3.8 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A contabilidade constitui o principal instrumento para a identificação do desempenho econômico de uma empresa, permitindo a verificação da geração de lucro ou prejuízo. Através da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), são registrados de forma ordenada todos os valores referentes às receitas, aos custos e às despesas da entidade em determinado período. Segundo Assaf Neto (2014), a DRE apresenta as operações de natureza econômica realizadas no passado, evidenciando a capacidade da empresa de gerar resultados positivos a partir de suas atividades



operacionais. Conforme disposto pela Lei nº 11.638/2007, que alterou dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), a elaboração da DRE é obrigatória e deve seguir os princípios e normas contábeis vigentes, sendo complementada pelas diretrizes estabelecidas no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. No caso de micro e pequenas empresas, a Norma de Orientação Técnica NGT 2000 orienta a estruturação simplificada da DRE, respeitando a essência econômica dos eventos, mesmo com exigências documentais reduzidas. Dessa forma, a Demonstração do Resultado do Exercício torna-se uma ferramenta essencial para o acompanhamento gerencial e o planejamento estratégico do negócio.

Tabela 3: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)		2024
	Descrição	Valor (R\$)
	Receita Bruta (A)	255.046,08
	Prestação de Serviços	255.046,08
	Deduções da Receita Bruta (B)	-1.516,90
	Impostos	-1.516,90
(C)=(A-B)	Receita Líquida	253.529,18
	Custos (D)	-65.636,55
(E)=(C-D)	Resultado Bruto	187.892,63
	Despesas Operacionais (F)	-14.194,21
	Depreciações e Amortizações (G)	-7.426,35
(H)=(E-F-G)	EBITDA	166.272,07
	Receitas / Despesas Financeiras (I)	-10.695,48
(J)=(H-I)	Resultado Operacional	155.576,59
	Outras Receitas / Despesas (K)	-25.270,00
	Resultado Antes do IR/CSLL	130.306,59
	Imposto de Renda e Contribuição Social	-
(L)=(J-K)	Resultado Líquido do Exercício	130.306,59

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Realizou-se a análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) com base nos princípios da gestão financeira moderna. A receita bruta, oriunda integralmente da prestação de serviços, totalizou R\$ 255.046,08. Conforme orientaram Andrich e Cruz (2013), a correta apuração da receita bruta é fundamental para a análise da rentabilidade empresarial. Procedeu-se, então, às deduções tributárias no valor de R\$ 1.516,90, respeitando a estrutura preconizada pela Lei nº 6.404/1976.

A receita líquida, após as deduções, atingiu R\$ 253.529,18. Em seguida, apuraram-se os custos, que somaram R\$ 65.636,55, compostos por despesas com ocupação, custo com aplicação de injetáveis, produtos manipulados e material descartável, resultando em um resultado bruto de R\$ 187.892,63. De acordo com Antonik (2016), a análise da margem bruta é essencial para avaliar a eficiência operacional e a capacidade de precificação da empresa.



As despesas operacionais totalizaram R\$ 14.194,21 e as depreciações e amortizações atingiram R\$ 7.426,35, valores que, conforme salientaram Frezatti (2022) e Assaf Neto (2014), devem ser rigorosamente monitorados, uma vez que impactam diretamente o desempenho econômico-financeiro da organização. A partir dessas deduções, o EBITDA apurado foi de R\$ 166.272,07, demonstrando a eficiência na geração de caixa das operações principais.

Incluíram-se, na sequência, as receitas e despesas financeiras, cujo saldo foi negativo em R\$ 10.695,48, composto por juros de financiamentos e taxas de máquinas de cartão. Após essa consideração, o resultado operacional alcançou R\$ 155.576,59. Posteriormente, apuraram-se as outras receitas e despesas operacionais, que representaram uma redução de R\$ 25.270,00 no resultado, culminando em um lucro antes dos tributos de R\$ 130.306,59.

Considerando-se que não houve provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o lucro líquido do exercício fixou-se em R\$ 130.306,59. Este desempenho indicou uma gestão eficiente dos recursos financeiros, corroborando as boas práticas sugeridas por Andrich e Cruz (2013) e reforçando a importância do controle do fluxo de caixa e da estrutura de custos, conforme enfatizaram Frezatti (2022) e Antonik (2016).

Assim, verificou-se que a empresa apresentou um desempenho financeiro satisfatório, com sólida capacidade de geração de resultados, mesmo diante das despesas financeiras e operacionais extraordinárias.

3.9 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Conforme estabeleceu o CPC 26 (R1), elaborou-se a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) com o objetivo de evidenciar as variações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício social. A DMPL permitiu identificar as alterações no capital social, nos lucros acumulados, bem como a destinação do lucro líquido apurado (CPC, 2011).

Tabela 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) 2024

Contas do Patrimônio Líquido (PL)	Capital Social (A)	Ajustes de Exercícios Anteriores (B)	Lucros ou Prejuízos Acumulados (C)	Total do Patrimônio Líquido (PL)
Saldo Inicial	1.000,00	27.470,54	0,00	28.470,54
Lucro Líquido do Exercício	-	-	130.306,59	130.306,59
Dividendos	-	-	-115.872,62	-115.872,62
Saldo Final	1.000,00	27.470,54	14.433,97 (D)=(A+B+C)	42.904,51

Fonte: Resultados originais da pesquisa

No início do exercício, o patrimônio líquido foi constituído pelo capital social de R\$ 1.000,00 e pelos ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 27.470,54, totalizando R\$ 28.470,54. Apurou-se um lucro líquido de R\$ 130.306,59, registrado nos lucros acumulados conforme o artigo 186 da Lei



nº 6.404/1976. Destinou-se parte desse lucro ao pagamento de dividendos obrigatórios, no valor de R\$ 115.872,62, seguindo o artigo 202 da mesma lei. Essa distribuição reduziu o saldo de lucros acumulados para R\$ 14.433,97 e elevou o patrimônio líquido final a R\$ 42.904,51. A análise da DMPL evidenciou que, embora a geração de lucro tenha sido significativa, a redução da capacidade de autofinanciamento limitou o fortalecimento patrimonial. Conforme Assaf Neto (2014), práticas financeiras responsáveis são fundamentais para maximizar o valor das empresas, e, segundo Antonik (2016), a retenção de lucros em micro e pequenas empresas é essencial para sustentar o crescimento e reduzir riscos financeiros.

3.10 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permitiu analisar as entradas e saídas de recursos financeiros em determinado período, evidenciando a liquidez da empresa. Observou-se que a DFC desempenhou papel essencial na gestão, ao auxiliar na tomada de decisões estratégicas e na avaliação da saúde financeira da organização. Segundo Assaf Neto (2014), o controle rigoroso do fluxo de caixa representou fator crítico para a geração de valor. De forma complementar, Antonik (2016) destacou que, para micro e pequenas empresas, a gestão eficiente do caixa foi fundamental para a sobrevivência empresarial.

Tabela 5: Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) – 2024 (Continua)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - INDIRETO		R\$
Das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício		130.306,59
Ajustes:		
Depreciação e amortização (A)		7.426,38
Encargos de juros e variação cambial s/empréstimos		0,00
Decréscimo (acrécimo) em ativos (B)		-3.724,41
Acrécimo (decrécimo) em passivos ©		-5.456,20
(D)=(A+B+C)	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	128.552,33
Das atividades de Investimentos		0,00
Acrécimo do ativo imobilizado		-46.390,00
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos (E)		-46.390,00
Das atividades de financiamento com terceiros		0,00
Captação de Empréstimos e financiamento		40.400,00
Pagamentos de empréstimos e financiamento		-7.366,67
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos c/terceiros (F)		33.033,33
Das atividades de financiamento com acionistas/partes relacionadas		0,00
Distribuição de lucros e dividendos		-115.872,59
Empréstimos de (a) partes relacionadas		0,00

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 5: Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) – 2024 (conclusão)

Caixa líquido gerado (utilizado) de financiamento com acionistas (G)		-115.872,59
--	--	-------------



(H)=(D+E+F+G) Aumento (redução) das disponibilidades	-676,95
Disponibilidades	
No início do ano	677,12
No final do ano	0,17
Variação líquida no ano	-676,95

Fonte: Resultados originais da pesquisa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permitiu verificar as movimentações financeiras da empresa no período analisado, evidenciando as entradas e saídas de recursos monetários. Apurou-se, pelas atividades operacionais, a geração líquida de disponibilidades no valor de R\$ 128.552,33. Considerou-se, para esse resultado, o lucro líquido do exercício, a depreciação e amortização, além das variações nos ativos e passivos operacionais.

Nas atividades de investimento, constatou-se a aquisição de ativo imobilizado no valor de R\$ 46.390,00, resultando em redução de caixa. No âmbito do financiamento com terceiros, observaram-se a captação de empréstimos no montante de R\$ 40.400,00 e o pagamento parcial de R\$ 7.366,67, gerando saldo líquido positivo. No que se refere às atividades de financiamento com acionistas, procedeu-se à distribuição de dividendos no valor de R\$ 115.872,59, impactando negativamente o caixa. Como resultado consolidado, identificou-se uma redução líquida nas disponibilidades de R\$ 676,95. Essa variação refletiu-se no saldo de caixa, que passou de R\$ 677,12 no início do exercício para R\$ 0,17 ao final do período.

Ressaltou-se, conforme Antonik (2016), a importância da gestão do fluxo de caixa para a estabilidade financeira, sobretudo nas micro e pequenas empresas. Complementarmente, Frezatti (2022) destacou que o controle eficiente dos fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos é fundamental para a saúde financeira empresarial. De acordo com Assaf Neto (2014), a análise rigorosa da DFC permite uma visão integrada da liquidez e do desempenho econômico, sendo ferramenta essencial na tomada de decisões estratégicas.

3.11 QUADRO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Procedeu-se à análise dos principais índices financeiros da clínica de estética, com base nas demonstrações contábeis do exercício de 2024, visando avaliar a estrutura de capital, a liquidez, a rentabilidade e a atividade operacional. Essas informações revelaram-se essenciais para a compreensão da saúde financeira da empresa e para a identificação de vulnerabilidades e oportunidades de melhoria. Conforme Assaf Neto (2014), a avaliação contínua dos indicadores é imprescindível para a maximização do valor empresarial. Antonik (2016) ressaltou que, em micro e pequenas empresas, a análise financeira eficiente contribuiu para a estabilidade e o crescimento. De maneira complementar,

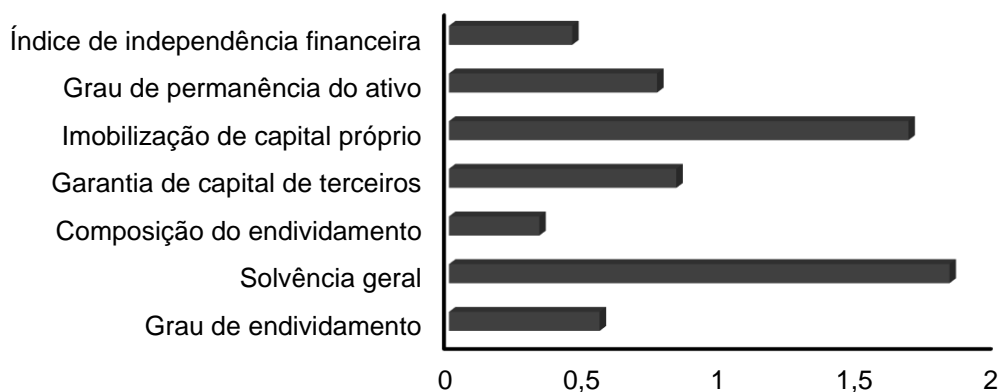


Frezatti (2022) destacou que o controle dos fluxos financeiros possibilitou decisões mais assertivas. A análise atendeu às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 6.404/1976 e pelas normas contábeis vigentes.

3.12 ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITALAIS

Analísaram-se os índices de estrutura de capitais conforme ilustrado na figura 1.4 que o grau de endividamento de 0,55 indicou dependência moderada de capital de terceiros. A solvência geral, de 1,83, revelou boa capacidade de honrar obrigações no longo prazo. A composição do endividamento de 0,33 demonstrou que a maior parte das dívidas se concentrou no curto prazo, enquanto a garantia de capital de terceiros, de 0,83, evidenciou razoável cobertura patrimonial. Apurou-se que a imobilização do capital próprio, com índice de 1,68, indicou elevada aplicação de recursos em ativos permanentes, o que, segundo Frezatti (2022), pode comprometer a flexibilidade financeira. Observou-se ainda um grau de permanência do ativo de 0,76 e um índice de independência financeira de 0,45, ressaltando a necessidade de fortalecimento do capital próprio, conforme orientaram Assaf Neto (2014) e Antonik (2016). Concluiu-se que a empresa apresentou estrutura de capitais sólida, porém com pontos de atenção relacionados à imobilização elevada e à moderada dependência de terceiros, em conformidade com as boas práticas contábeis previstas na Lei nº 6.404/1976.

Figura 4: Índices de estrutura de capitais



Fonte: Resultados originais da pesquisa

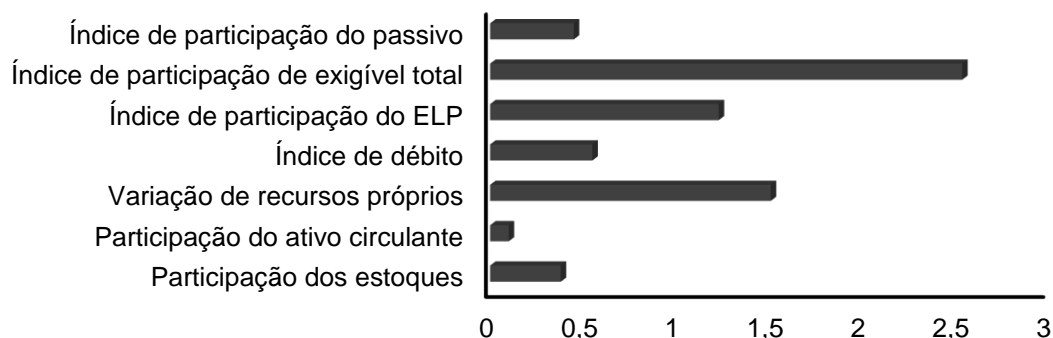
3.13 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ESTRUTURA DO ATIVO E DO PASSIVO

Analísaram-se os índices de estrutura do ativo e do passivo conforme ilustrado na figura 1.5, constatando-se que a participação dos estoques alcançou 38% do ativo circulante, enquanto a participação do ativo circulante totalizou apenas 10%, indicando baixa liquidez. A variação dos recursos próprios, de 1,51, refletiu fortalecimento patrimonial, enquanto o índice de débito de 0,55 revelou dependência moderada de capitais de terceiros, conforme observações de Assaf Neto (2014). O índice de participação do exigível de longo prazo, de 1,23, e o índice de participação do exigível total, de 2,54, demonstraram equilíbrio entre recursos próprios e dívidas. A participação do passivo



sobre o ativo, de 0,45, indicou necessidade de fortalecimento do capital próprio, conforme destacaram Antonik (2016) e Frezatti (2022). Concluiu-se que, embora a estrutura patrimonial tenha se apresentado sólida, a baixa liquidez exigiu maior atenção à gestão do capital de giro, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976.

Figura 5: Índices de estrutura de capitais



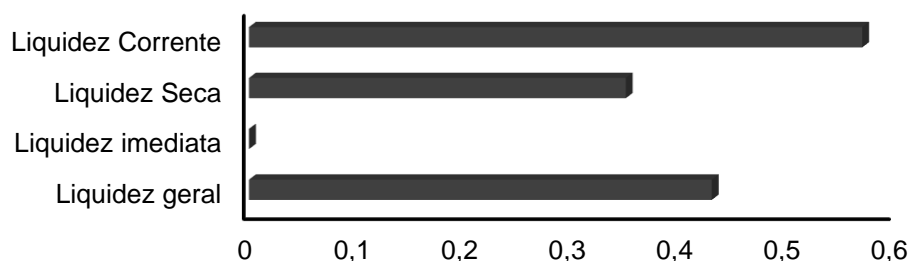
Fonte: Resultados originais da pesquisa

3.14 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Realizou-se a análise dos índices de liquidez conforme ilustrado na figura 1.6 constatando-se que a liquidez geral foi de 0,43, indicando que os ativos realizáveis no curto e longo prazo não foram suficientes para cobrir o passivo exigível total. A liquidez imediata apresentou-se nula, revelando a inexistência de disponibilidades para quitação imediata de obrigações, situação que, segundo Frezatti (2022), expôs a empresa a riscos de insolvência no curtíssimo prazo. A liquidez seca, calculada em 0,35, indicou fragilidade financeira, uma vez que os ativos mais líquidos (excluindo os estoques) foram insuficientes para saldar as dívidas de curto prazo. Já a liquidez corrente atingiu 0,57, também abaixo do ideal recomendado pela literatura financeira. Conforme Assaf Neto (2014), índices inferiores a 1,00 evidenciam dependência de capital de giro de terceiros, aumentando o risco financeiro. Complementarmente, Antonik (2016) ressaltou que a baixa liquidez em micro e pequenas empresas pode comprometer a continuidade das operações, tornando imperativa a adoção de estratégias para reforçar o caixa. Dessa forma, a análise reforçou a necessidade de uma gestão financeira mais eficiente, especialmente no controle de caixa e no equilíbrio entre ativos circulantes e passivos exigíveis, em consonância com os princípios da Lei nº 6.404/1976.



Figura 6: Índices de liquidez

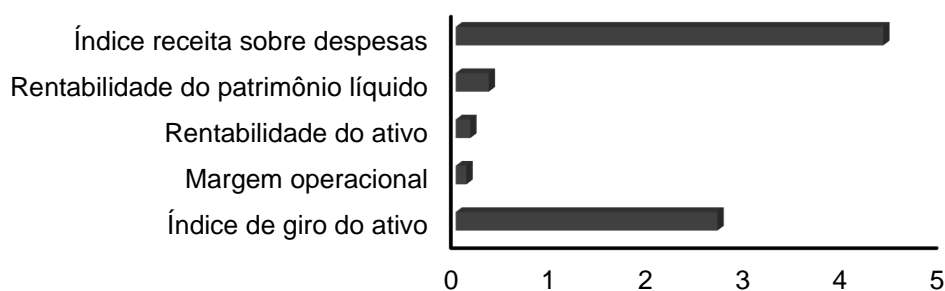


Fonte: Resultados originais da pesquisa

3.15 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Analísaram-se os índices de rentabilidade, conforme ilustrado na figura 1.7 constatando-se que o giro do ativo foi de 2,69, indicando que os ativos da empresa geraram receita de forma eficiente. A margem operacional alcançou 11%, refletindo capacidade moderada de transformação das vendas em lucro operacional. A rentabilidade do ativo, de 15%, e a rentabilidade do patrimônio líquido, de 34%, evidenciaram bom retorno sobre os investimentos realizados, em conformidade com as práticas apontadas por Assaf Neto (2014). O índice receita sobre despesas, apurado em 4,4, demonstrou que a geração de receitas superou amplamente os custos e despesas, o que, segundo Antonik (2016), é fundamental para a sustentabilidade financeira, especialmente em pequenas e médias empresas. De acordo com Frezatti (2022), a análise positiva da rentabilidade reforçou a importância da gestão eficiente dos ativos e da estrutura de custos para maximizar os resultados.

Figura 7: Índices de rentabilidade



Fonte: Resultados originais da pesquisa

4 RECOMENDAÇÕES

Recomendou-se que a proprietária estabelecesse um controle rigoroso do fluxo de caixa, com registros diários de entradas e saídas, para assegurar a disponibilidade de recursos e antecipar necessidades financeiras. Indicou-se a separação completa entre as finanças pessoais e as finanças da clínica, a fim de evitar a descapitalização da empresa e garantir a transparência dos resultados. Sugeriu-se a contratação de empresa de contabilidade que possua um sistema de gestão financeira simples e eficaz, que possibilitasse a emissão periódica de demonstrativos contábeis, como demonstração do



resultado do exercício e balanço patrimonial, para embasar as decisões estratégicas. Recomendou-se também a redução gradual da dependência de capital de terceiros, fortalecendo o patrimônio líquido por meio da retenção de parte dos lucros. Orientou-se o aperfeiçoamento do controle de estoques e a análise crítica dos gastos operacionais, visando melhorar a liquidez e otimizar o capital de giro, adequação a estrutura fiscal correta desenquadrando do MEI a fim de regularizar a situação com o fisco. Enfatizou-se ainda a importância da capacitação em gestão financeira, através de cursos, workshops fornecidos pelo SEBRAE ou consultorias especializadas, de modo a elevar a eficiência da administração e promover o crescimento sustentável da clínica.

Por fim, recomendou-se a elaboração de um planejamento financeiro de médio e longo prazo, que incluísse projeções de receitas e despesas, metas de rentabilidade e estratégias para enfrentamento de eventuais crises de mercado.

5 CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que a deficiência de conhecimento financeiro comprometeu a gestão da clínica de estética analisada. A ausência de controle de caixa, a confusão entre finanças pessoais e empresariais e a falta de análise dos demonstrativos contábeis evidenciaram a fragilidade na estruturação financeira. A análise dos índices revelou baixa liquidez, dependência moderada de capital de terceiros e boa rentabilidade, mas alertou para a necessidade de fortalecer o capital próprio e otimizar o capital de giro. Verificou-se ainda a carência de planejamento estratégico financeiro, o que elevou o risco de continuidade das operações.

A falta de cultura de análise financeira regular limitou a capacidade de adaptação ao mercado. Verificou-se a inexistência, na literatura especializada, de estudos que abordassem de forma direta e específica a contabilidade e a gestão financeira aplicadas às pequenas e médias empresas, o que inviabilizou a realização de comparações diretas com os resultados obtidos nesta pesquisa. Tal lacuna acadêmica reforçou a relevância do presente estudo, considerando-se a urgente necessidade de aprimoramento dos modelos de gestão financeira utilizados por empresas desse porte no Brasil.

Dessa forma, entende-se que este trabalho poderá representar uma contribuição significativa para o desenvolvimento de novos estudos na área, bem como para o fortalecimento das práticas de gestão financeira no contexto empresarial nacional.



REFERÊNCIAS

Banco central do Brasil 2024. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2021.pdf> Acesso em 30 de junho de 2024;

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Sebrae] 2023. Disponível em:

<<https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/sebrae-em-dados-sobrevivencia-de-empresas>>

<https://drive.google.com/file/d/1w8geGHR_gZpmEoV9iov4kcPSuvbZshTT/views>

<<https://agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-dominaram-criacao-de-empregos-em-2024/>>

Acesso em 29 de junho 2024;

Antonik, L. R. *Empreendedorismo: gestão financeira para micro e pequenas empresas*. 1. ed. São Paulo: Atlas Book, 2016.

Assaf Neto, A. *Finanças corporativas e valor*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Frezatti, F. *Gestão do fluxo de caixa: perspectivas estratégicas e táticas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

Marion, J. C. *Contabilidade Básica*- 13. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

Conselho Federal De Contabilidade. *Interpretação Técnica Geral – ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (BTG 2000)*, 2012.

CPC – Comitê De Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamentos Técnicos CPC*. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: abr. 2025.

Brasil. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007*.

A escolha da clínica de estética como objeto de estudo se deu por tratar-se de um negócio real em operação, com acesso permitido à totalidade de suas informações financeiras, e que apresentava ausência de controle contábil e gestão estruturada. A vivência da autora no ambiente empresarial também possibilitou uma análise profunda, prática e contextualizada, representando um exemplo recorrente de desafio enfrentado por pequenos empreendedores no Brasil.

O período de análise compreendeu os exercícios de janeiro a dezembro de 2024, considerando todas as movimentações financeiras da clínica nesse intervalo.

